



Diário Oficial de Bauru

ANO XXI - Edição 2.661 www.bauru.sp.gov.br

TERÇA, 29 DE MARÇO DE 2.016

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODER EXECUTIVO

Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
Prefeito Municipal

Seção I Gabinete do Prefeito

Arnaldo Ribeiro
Chefe de Gabinete

DECRETOS MUNICIPAIS

DECRETO Nº 13.037, DE 22 MARÇO DE 2.016

P. 31.144/14 – Ap. 28.641/01 (capa) Designa membros do Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica do Município de Bauru,

DECRETA

Art. 1º Ficam designados para compor o Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH, os representantes abaixo indicados, substituindo os membros designados pelo Decreto Municipal nº 12.993, de 07 de janeiro de 2.016, a saber:

I – DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal da Educação

Titular: Amarildo Gomes Pereira em substituição a Denise Martins Pereira
Suplente: Maria Aparecida Vianna Rosseto em substituição a Cristiane Meire Oliveira Harada

II - DA SOCIEDADE CIVIL

Representantes de Entidades e Movimentos que atuam para afirmar e garantir os direitos humanos em todas as suas expressões

Suplente: Andressa Luize Monteiro em substituição a Vanessa Isabella dos Santos Ramos – Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – Bauru

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Bauru, 22 de março de 2.016.

RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA

PREFEITO MUNICIPAL

MAURÍCIO PONTES PORTO

SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

DARLENE MARTIN TENDOLO

SECRETÁRIA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Registrado no Departamento de Comunicação e Documentação da Prefeitura, na mesma data.

ANDRÉA MARIA LIBERATO

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

A Coordenadoria do Programa Minha Casa Minha Vida, convoca os sorteados do que se encontram na etapa Pré-aprovados a participarem das atividades do Trabalho Social do Residencial IPÊS.

Art. 1º A análise documental ainda não foi finalizada pela Caixa Econômica Federal e os sorteados que se encontram na etapa pré-aprovados estão sujeitos a serem excluídos do Programa a qualquer tempo, caso não atendam todos os Critérios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Parágrafo Único: Só estarão aptos a assinar os contratos os sorteados que participarem das atividades do Trabalho Social.

ATIVIDADES	DATA	HORARIO	LOCAL
Reunião – fase pré-contratual	28/03/16 (segunda-feira)	19h	Antiga Estação Ferroviária – Rua Praça Machado de Melo, s/nº, centro.
Reunião – fase pré-contratual	11/04/16 (segunda-feira)	19h	Antiga Estação Ferroviária – Rua Praça Machado de Melo, s/nº, centro.
Reunião – fase pré-contratual	14/04/16 (quinta-feira)	19h	Antiga Estação Ferroviária – Rua Praça Machado de Melo, s/nº, centro.
Reunião – fase pré-contratual	18/04/16 (segunda-feira)	19h	Antiga Estação Ferroviária – Rua Praça Machado de Melo, s/nº, centro.
Reunião – fase pré-contratual	19/04/16 (terça-feira)	19h	Antiga Estação Ferroviária – Rua Praça Machado de Melo, s/nº, centro.

Observações:

1- É obrigatória a presença dos Titulares pré-aprovados em todas as atividades munidos de documentos com foto.

2- Não levar crianças por falta de espaço para acomodar a todos.

Segue a relação dos beneficiários pré-aprovados do Residencial Ipês:

NOME	CPF
AMAUÍLIA FRACALOSSO	02762823889
BEATRIZ APARECIDA DE OLIVEIRA	35870332850
BRUNA CRISTO SANTANA	36856826877
EDINETE DA CONCEIÇÃO DE LIMA	04609456451
ELIZETE DA SILVA	32484751885
ERICA CRISTINA DOS PRAZERES SILVA RAIMUNDO	22866771826
FABIANA ANANIAS/VERIDIANA FERREIRA ALVES	34240678811
JANAINA NASCIMENTO DA COMEÇÃO	00548093121
JORGINA DE FATIMA DE MORAES	67806023968
LAURA CANAVER	08548796847
LUIS CARLOS CANAVER	07900412867
JULIANA NICOLAU	34183279828
JULIANA QUAIOTTI COCATTO CAMPOS	26261047871
JULIANA RAMOS DE SOUZA	40338571841
JULIANA REBECA DE SOUZA	37494879870
KATIA CILENE PACHECO	24751403800
LETICIA APARECIDA ALVES	34546509847
EUNICE CORREA DE LIMA	25498779852
TAMIS CRISTINA BRAGUETTO DOS SANTOS	36713998801
LISLAINE FERREIRA DE OLIVEIRA	23016571838
LUIZA IZABEL RODRIGUES	14263682831
ROSIMEIRE MARIA ROSA	30758709862
MARGARETH DE OLIVEIRA MACHADO	15264251819
MARTA APARECIDA PEIXOTO	19158809805
MAYARA CURIMBABA	37518128810
RENATA TEODORO	25441903880
ROSANGELA RIBEIRO	30933186886
SOLANGE DE FATIMA DIAS DA ROCHA	31080050817
VIVIANE TEODORO DA SILVA	36306578854
WALDIRENE LOPES DAMIÃO	17042340850
ANA PAULA LOPES DE AZEVEDO TORRES	32911995880
ANDREA FERNANDES DE ANDRADE VIDAL	43011533814
ANGELA DA SILVA CASSIANO	41047209845
APARECIDA CELIA MATIAS FERNANDES	26112381893
FATIMA REGINA MATIAS	05853326813
JULIANE DOS REIS MANDUCA	40753284812
MARIA CORREA ELOY	34685422830
PAMELA MARIANA BONINI	36301974859
ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA CANDIDO	04488149863
TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	42695054866
BRUNO CANDIDO DO NASCIMENTO	38493596892
GISELE APARECIDA ANDREANE	33499588854
DAVI BRAGA FRANCO	26382414824
DIMAEEL JACINTO MARINHO	30467585881
ED CARLOS ISMERA QUEIROZ	21306563828
GUSTAVO MAXIMILIANO DA SILVA NABA	05991551758
CRISTIANE EUGENIA DE SOUZA	27514025855
APARECIDA DONIZETE ROSA DE SOUZA	16750928854
LUIS FERNANDO DA SILVA	37497527886
TAIGUARA FERREIRA	33671864818
ADRIANA ALMEIDA	15109150877
VANDA ROSA	15892259889
VANDERLEI DE CAMPOS PENTEADO	17828502877
ALBERES CARNEIRO DA FONSECA	38623958802
EDUARDO DA SILVA RODRIGUES	33672177865
GILENO VIANA FERNANDES DE MELO	39687369825
LUCAS ANDERSON DA SILVA	41792253877
SILVANO PAULINO DE ARAUJO	21501314807
ALICE GARCIA DA SILVA	40641351801
ARMINDA CARDOSO	01582140804
CARMEN LUCIA CLAVISIO	01541033817
EDEVAL ALVEZ DE SOUZA	04605003843
EDI ZAPOTOZNI	00480779848
ELZA PEREIRA DE LIMA	14578741800
INES TEREZINHA FERREIRA	15830854830
JAMIRO MORAES	00472494805
JOVELINA ADALBERTO	82584508834
MARLENE CARLOS CARDOSO DOS SANTOS	00480429863
ALINE CRISTINA DO PRADO CAMPANA	33979352889
ROSELENE PAULINO DE MORAES	79225438834
SONIA REGINA BRATIFISCH	01513472801
TELMA KATIA CONDE MOTTA	00480218811
WANDERLI CRISTINA RODRIGUES DA SILVA DORELLI	43077641887
IZABEL MORENO PERES	25102621815
IZALINA SANTOS DA SILVA	43116914591
JOSE CARLOS ROBERTO	82818290872

Carta Convite nº 004/2015-DAE
Contratante: Departamento de Água e Esgoto de Bauru.
Contratada: ERG Eletromotores Ltda.
Assinatura: 17/03/2016
Objeto: Manutenção em motor trifásico 200 cv 315 S/M, 220/380/440 V e 4 pólos com os serviços mínimos descritos na Cláusula Primeira do Contrato.
Valor do Contrato: R\$5.990,00 (Cinco mil, novecentos e noventa reais).
Nota de Empenho Ordinário nº 881, de 17 de março de 2016, no valor de R\$5.990,00 (Cinco mil, novecentos e noventa reais).
Vigência do Contrato: 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal.

PUBLICAÇÃO PARA OS FINS DA
LEI FEDERAL Nº 8666/93

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURUR/SP

Informações

Serviço de Compras do DAE, Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146 ou (14) (14) 3235-6172 ou (14) 3235-6168. Os editais do DAE estarão disponíveis através de download gratuito no site www.dacbauru.sp.gov.br. Os editais de Pregão Eletrônico também poderão ser acessados através do site www.licitacoes-e.com.br, onde se realizarão as sessões de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Processo Administrativo nº 4.390/2015 - DAE

Pregão Presencial nº 021/2016 - DAE

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Locação e Manutenção de Sistemas Informatizados de Gestão Pública, especificamente Almoxarifado, Contabilidade Pública e Tesouraria, Execução Orçamentária, Orçamento-Programa, Licitações e Gerenciamento de Contratos, Patrimônio e Gestão/Controle de Frota, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

Data e Horário de Início da Sessão (Credenciamento e Entrega dos envelopes): 11/04/2016 às 09:00 horas.

Pregoeiro Titular: Daniele Pompilio Moreno Vialôgo

Pregoeiro Substituto: Thais de Moraes Perseguim

Processo Administrativo nº 422/2016 - DAE

Pregão Eletrônico nº 022/2016 - DAE

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise de água, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

Data de recebimento das propostas: até 12/04/2016, às 08:30 horas.

Abertura da Sessão: 12/04/2016, às 08:30 horas.

Início da Disputa de Preços: 12/04/2016, às 09:00 horas.

Pregoeiro Titular: Márcio Fabiano Battaiola

Pregoeiro Substituto: Daniele Pompilio Moreno Vialôgo

Processo Administrativo nº 5.178/2015 - DAE

Pregão Presencial nº 023/2016 - DAE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR MARCA CUMMINS 6BT.9 Nº30387104, REVISÃO NOS PISTÕES DE LEVANTE, FREIOS E TROCA DA LÂMINA DA CAÇAMBA NO EQUIPAMENTO PÁ CARREGADEIRA Nº 02, DA MARCA NEW HOLLAND, MODELO W130, ANO 2007 CHASSI Nº N7AE11192, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

Data e Horário de Início da Sessão (Credenciamento e Entrega dos envelopes): 13/04/2016 às 09:00 horas.

Pregoeiro Titular: Daniele Pompilio Moreno Vialôgo

Pregoeiro Substituto: Márcio Fabiano Battaiola

EMDURB - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural

Antonio Mondelli Júnior

Presidente

Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru
Pça João Paulo II, s/n.º - Terminal Rodoviário
<http://www.emdurb.com.br>
Pabx : (14) 3233 9000

administracao@emdurb.com.br
sistemaviario@emdurb.com.br

presidencia@emdurb.com.br
limpezapublica@emdurb.com.br

NOTIFICAÇÃO VEÍCULO ABANDONADO

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, NOTIFICA o Sr. Proprietário do veículo marca VW, modelo BRASILIA de placas CXF 8935, que encontra-se estacionado na Rua Nelson Mortari, Qd 06, JD Ouro Verde, neste Município, para que proceda a remoção do mesmo ou apresente defesa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e apreensão do veículo, conforme disposto na Lei 6.404/2013 e Dec. 12.258/2013.
Bauru, 26 de março de 2016
Presidente da EMDURB.

NOTIFICAÇÃO VEÍCULO ABANDONADO

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, INFORMA que o Aviso de Recebimento (AR) encaminhado ao proprietário do veículo citado abaixo foi devolvido sem cumprimento, sendo assim NOTIFICA NOVAMENTE o Sr. Proprietário do veículo marca GM, modelo CHEVETTE de placas BPV6921, que encontra-se estacionado na Rua Cabo Henrique Karmerovak , qd 02, VI Nova Esperança, neste Município, para que proceda a remoção do mesmo ou apresente defesa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e apreensão do veículo, conforme disposto na Lei 6.404/2013 e Dec. 12.258/2013.
Bauru, 29 de Março de 2016.
Presidente da EMDURB.

NOTIFICAÇÃO VEÍCULO ABANDONADO

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, NOTIFICA o Sr. Proprietário do veículo, FORD, modelo BELINA, cor VERDE , onde o mesmo consta descaracterizado, sem qualquer identificação tanto chassi quanto placa, que encontra-se estacionado na Rua Benedito Alves da Silva, qd 01, Pq Real, neste Município, para que proceda a remoção do mesmo ou apresente defesa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e apreensão do veículo, conforme disposto na Lei 6.404/2013 e Dec. 12.258/2013.
Bauru, 29 de março de 2016.
Presidente da EMDURB.

NOTIFICAÇÃO VEÍCULO ABANDONADO

A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, NOTIFICA o Sr. Proprietário do veículo marca VW, modelo BRASILIA de placas CXF 8935, que encontra-se estacionado na Rua Nelson Mortari, Qd 06, JD Ouro Verde, neste Município, para que proceda a remoção do mesmo ou apresente defesa, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e apreensão do veículo, conforme disposto na Lei 6.404/2013 e Dec. 12.258/2013.
Bauru, 29 de março de 2016
Presidente da EMDURB.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
E 2014 - ATIVO

ATIVO	RS centavos	
	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	6.316.143,57	7.477.282,31
CIRCULANTE	6.316.143,57	7.477.282,31
DISPONIBILIDADES	937.714,13	4.591.510,55
CAIXA	9.221,65	10.135,77
FUNDO FIXO	480,00	480,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	75.327,93	173.535,77
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	852.684,55	4.407.359,01
CRÉDITOS	5.378.429,44	2.885.771,76
CONTAS A RECEBER - CLIENTES FUNERÁRIA E DIVERSOS	761.660,67	798.656,89
CONTAS A RECEBER - TAXA GERENC.	1.053.129,25	1.053.053,29
CONTAS A RECEBER - PREF MUNICIPAL BAURU	3.818.361,22	1.524.143,65
VALORES A RECUPERAR	329.950,80	80.239,71
ESTOQUES	460.729,79	527.881,39
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS	427.600,53	376.014,65
DESPESAS ANTECIPADAS	19.975,46	18.760,46
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUIDOSA	-1.492.978,28	-1.492.978,28
NÃO CIRCULANTE	43.084.812,72	45.727.645,92
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	6.402.603,46	7.118.083,09
DEPÓSITOS JUDICIAIS	342.410,32	310.463,79
CONTAS A RECEBER PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	6.024.471,65	6.771.897,81
VALORES A RECUPERAR	35.721,49	35.721,49
IMOBILIZADO	36.656.862,06	38.575.770,69
BENS E DIREITOS EM USO	19.894.156,36	19.808.042,23
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-5.046.686,16	-3.041.663,40
PROVISÃO PERDAS DESVALORIZAÇÃO DE BENS TERRENOS	-72.848,26	-72.848,26
21.882.240,12	21.882.240,12	
INTANGÍVEL	25.347,20	33.792,14
INTANGÍVEL	342.376,04	342.376,04
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-317.028,84	-308.583,90
TOTAL DO ATIVO	49.400.956,29	53.204.928,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - PASSIVO

PASSIVO	RS centavos	
	2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE	19.014.572,89	17.383.181,66
CIRCULANTE	19.014.572,89	17.383.181,66
FORNECEDORES	3.594.310,57	3.371.786,02
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.559,98	4.226,88
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.082.855,67	1.018.621,80
ENCARGOS SOCIAIS - PARCELAMENTO	1.887.942,72	1.770.772,20
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	44.611,30	10.555,29
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ O LUCRO	0,00	102.607,52
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITAS	73.458,97	69.661,23
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTOS	569.166,60	530.303,76
GRATIFICAÇÕES A PAGAR	10.251,88	7.326,88

CONTAS A PAGAR	1.762.432,66	1.127.479,80
PROVISÃO DE FÉRIAS	3.539.266,11	3.282.370,21
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	6.090.055,53	5.736.885,35
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	349.734,48	349.734,72
VALORES EM GARANTIA	5.926,42	850,00
NÃO CIRCULANTE	23.571.981,91	27.048.970,24
PARCELAMENTOS	19.702.478,56	22.830.104,37
VALORES EM GARANTIA	5.808,61	5.436,85
ECCB - PROC. Nº 2136/01	45.756,30	45.756,30
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	3.817.938,44	4.167.672,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.814.401,69	8.772.776,33
CAPITAL	19.946.807,64	17.636.962,48
CAPITAL ESTATUTÁRIO	19.946.807,64	17.636.962,48
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	24.658.578,57	26.306.621,62
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	24.658.578,57	26.306.621,62
PREJUÍZO ACUMULADO	-37.790.984,52	-35.170.807,77
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-33.510.797,02	-35.138.288,33
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-4.280.187,50	-32.519,44
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-4.280.187,50	-32.519,44
TOTAL DO PASSIVO	49.400.956,49	53.204.928,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	RS centavos	RS centavos
	2015	2014
RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	49.853.550,25	46.920.607,75
EXPEDIENTE	30.929,60	15.024,60
INTERDIÇÕES/DEMARCAÇÃO DE SOLO	4.097.277,31	5.546.807,56
ESTACIONAMENTO ROTATIVO	2.358.061,40	2.290.948,64
TRANSPORTE COLETIVO	2.297.131,76	2.292.667,87
TRANSPORTES ESPECIAIS	801.665,40	725.622,83
TERMINAL RODOVIÁRIO	2.354.166,48	2.231.867,40
COLETA	24.895.489,83	22.325.937,93
NECROPOLES	5.276.480,47	3.688.267,08
FUNERÁRIA	454.360,48	326.847,76
GERENCIAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	7.229.003,52	7.476.616,08
RECEITAS AEROPORTUÁRIAS	58.984,00	0,00
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	49.853.550,25	46.920.607,75
MULTAS DE TRÂNSITO	887,03	7.037,86
Multas Arrecadadas - EMDURB	0,00	0,00
Multas Arrecadadas - Secretaria Fazenda	0,00	0,00
Multas Arrecadadas - Licenc. Eletrônico	887,03	7.037,86
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
(+) OUTRAS RECEITAS	887,03	7.037,86
(=) RECEITA BRUTA	49.854.437,28	46.927.645,61
IMPOSTOS	-532.294,41	-793.213,34
PIS s/ Faturamento	-94.949,80	-793.213,34
COFINS s/ Faturamento	-437.344,61	-793.213,34
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-532.294,41	-793.213,34
(=) RECEITA LÍQUIDA	49.322.142,87	46.134.432,27
(=) LUCRO BRUTO	49.322.142,87	46.134.432,27
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	656.956,05	543.036,34
RECEITAS FINANCEIRAS	140.509,74	162.076,81
RECEITAS COM ATUAL. MONETARIAS	447.029,89	385.628,27
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	109.173,72	56.744,46
DESPESAS FINANCEIRAS	-39.757,30	-61.413,20
DESPESAS OPERACIONAIS	-46.897.992,69	-41.219.781,72
DESPESAS TRABALHISTAS	-20.922.496,95	-18.779.469,81
ENCARGOS SOCIAIS	-9.083.596,20	-8.141.277,86
DESPESAS GERAIS	-16.842.780,48	-14.249.253,58
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-49.119,06	-49.780,47
OUTRAS DESPESAS	-7.699.847,22	-6.902.464,58
DESPESAS INDEDUTÍVEIS	-494,48	-153.304,98
VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	-1.559.356,99	-1.150.156,64
PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-5.336.553,89	-5.049.690,05
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	-803.441,86	-476.464,65
PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS	0,00	-72.848,26
(-) DESPESAS	-53.940.883,86	-47.579.209,96
(=) LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	-4.618.740,99	-1.444.777,69
(+) OUTRAS RECEITAS	338.553,49	1.543.010,83
RECEITAS EVENTUAIS	338.553,49	1.543.010,83

(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL		-4.280.187,50	98.233,14
(-) CSLL DO PERÍODO		0,00	-52.557,48
(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ		-4.280.187,50	45.675,66
(-) IRPJ DO PERÍODO		0,00	-78.195,10
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		-4.280.187,50	-32.519,44
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-4.280.187,50	-32.519,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014					
	Capital Estatutário	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro ou Prejuízo Acumulados	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.542.254,92	-	-	88.005,04	19.596.033,41
Ajustes de exercícios anteriores					0,00
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	-	-	0,00
Transferência Para Prejuízos Acumulados					0,00
Com lucros e reservas	-	-	88.005,04	-88.005,04	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	0,00
Aporte de Capital	2.094.707,56	-	-	-	2.094.707,56
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	26.306.621,62	-	-	26.306.621,62
Resultado do Exercício	-	-	-	32.519,44	-32.519,44
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	17.636.962,48	26.306.621,62	35.138.288,33	32.519,44	8.772.776,33
Ajustes de exercícios anteriores					0,00
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	4.778,75	-	4.778,75
Transferência Para Prejuízos Acumulados					0,00
Com lucros e reservas	-	-	-32.519,44	32.519,44	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	0,00
Aporte de Capital	2.309.845,16	-	-	-	2.309.845,16
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	7.188,75	-	-	7.188,75
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Realização)	-	-1.655.232,00	1.655.232,00	-	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	4.280.187,50	-4.280.187,50
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	19.946.807,64	24.658.578,37	33.510.797,02	4.280.187,50	6.814.401,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	EM RS centavos	
	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-4.280.187,50	-32.519,44
Depreciações e amortizações	2.013.467,70	372.954,52
Valor ativo imobilizado baixado	0,00	370.187,96
Variação/Constituição Reservas para Contingências	353.170,18	259.585,66
Variação nas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	0,00
Variação com ajustes de avaliação patrimonial	-7.188,75	-26.306.621,62
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.655.232,00	0,00
Ajustes de Exercícios anteriores	4.778,75	0,00
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	-3.571.191,62	-25.336.412,92
(Aumento) redução de ativos:		
- Clientes	-2.257.297,31	1.746.850,34
- Estoques	67.151,60	-272.754,23
- Valores a recuperar	-249.711,09	-7.302,38
- Créditos de funcionários	-51.585,88	-51.411,54
- Despesas antecipadas	-1.215,00	-2.579,46
- Outras contas a receber não circulantes	747.426,16	646.987,12
- Depósitos Judiciais - Não circulantes	-31.946,53	-76.450,09
Aumento (redução) de passivos:		
- Fornecedores	222.524,55	835.492,28
- Outras obrigações circulantes	5.076,42	-4.525,26
- Receitas a apropriar - circulante	-0,24	0,00
- Encargos sociais a pagar	181.404,39	-89.137,85
- Provisão para férias e encargos	256.895,90	520.819,66
- Obrigações tributárias	-64.753,77	47.757,12
- Obrigações tributárias - parcelamentos	38.862,84	-590.515,05
- Outras contas a pagar	638.210,96	-108.818,87
- Receitas a apropriar - não circulante	-349.734,28	-378.879,28

- Parcelamentos não circulantes	-3.127.625,81	-2.344.659,09
- Outras obrigações não circulantes	371,76	245,40
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-7.547.136,95	-25.465.294,10
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Integralização da Reserva de Capital no Capital	2.309.845,16	2.094.707,56
- Aquisição de ativo imobilizado	-58.052,34	-946.365,87
- Estorno depreciação bens não avaliados	-20.873,04	
- Ajuste de avaliação patrimonial	7.188,75	26.306.621,62
- Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.655.232,00	
- Aquisição de ativo intangível	0,00	-24.295,00
Caixa consumido nas atividades de investimentos	3.893.340,53	27.430.668,31

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização da Reserva de Capital no Capital	0,00	0,00
Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	-3.653.796,42	1.965.374,21
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	937.714,13	4.591.510,55
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	4.591.510,55	2.626.136,34

DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	-3.653.796,42	1.965.374,21
--	----------------------	---------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em R\$ (reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei 2.166 de 25/09/1979, cujo controle financeiro interno é exercido pelo Poder Executivo Municipal, tem como objeto social, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 3.570 de 02/03/1993, que reestruturou a EMDURB, e suas alterações posteriores:

“Art. 2º São objetivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB: I - supervisionar, gerenciar e executar a política de trânsito e transportes do Município, especialmente as atribuições inerentes ao respectivo Poder de Polícia; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013).

II – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

III - supervisionar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;

IV – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

V - promover e administrar o serviço funerário assistencial e gerenciar e administrar os cemitérios municipais;

VI – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

VII- revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

VIII - gerenciar o terminal rodoviário municipal e Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros, podendo, para tanto, exercer todos os Poderes Administrativos inerentes a esta atividade; (inciso acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)”

No Parágrafo Único desse mesmo artigo 2º, determina que no cumprimento de seus objetivos a EMDURB seguirá as diretrizes e metas fixadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Bauru e em atos normativos a ele equivalentes.

Para gerenciar seus controles internos e administrar as receitas decorrentes de sua atividade, a Empresa utiliza-se de um software de gestão parcialmente integrado à contabilidade, existindo ainda aperfeiçoamentos técnicos em andamento e relatórios fiscais a implantar, que irão utilizar a extensa base de dados já existente.

NOTA 02 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Empresa tem como prática contábil a uniformidade para a escrituração de suas Despesas e Receitas, que são apropriadas pelo Regime de Competência.

NOTA 04 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os controles internos existentes são satisfatórios e asseguraram a correta contabilização dos fatos existentes pela gestão da Empresa

a. Bancos Conta Movimento:- O saldo das contas correntes bancárias mantido pela entidade se apresentou em concordância com os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras:

Disponibilidades	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Bancos Conta Movimento	75.327,93	173.535,77
Total	75.327,93	173.535,77

b. Aplicações Financeiras:- Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência:

Disponibilidades	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Aplicação de Liquidez Imediata	852.684,55	4.407.359,01
Total	852.684,55	4.407.359,01

A entidade não possui operações envolvendo instrumentos derivativos, sendo estas aplicações mantidas para suprimento financeiro e orçamentário emergencial. Os saldos principais estão aplicados em renda fixa.

c. Valores a Recuperar:- Estão contabilizados pelo seu valor original, correspondentes a direitos entendidos por sua administração como passíveis de recuperação junto a emittentes de cheques sem provisão de fundos, Impostos a recuperar junto ao Fisco Federal e outros valores a recuperar, já deduzidos da respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), constituída em montantes julgados suficientes pela administração para fazer face a prováveis perdas.

A provisão constituída para este grupo, no valor de R\$ 49.949,97 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), está incluída na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (Um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

Circulante	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Valores a Recuperar	329.950,80	80.239,71
Total	329.950,80	80.239,71

d. Perdas no Recebimento de Créditos:- A Empresa constitui provisão em reconhecimento à eventual perda de créditos decorrentes de sua atividade. O saldo constituído na data do balanço é de R\$ 336.966,18 (Trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), incluído na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

e. Estoques:- São demonstrados ao custo médio de compra e refere-se a material de uso e consumo próprio, aplicados na manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, bem como almoxarifado de materiais de expediente, cujos valores foram devidamente confirmados e conciliados, mediante realização de inventário físico e registro de inventário.

Circulante	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Estoque de Materiais	460.729,79	527.881,39
Total	460.729,79	527.881,39

f. Despesas Antecipadas:- Os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, estão sendo fracionados em observância à vigência dos contratos.

g. Contas a Receber - PMB:- Foi firmado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a EMDURB referente a débitos da:

a) EMDURB com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos);

b) Prefeitura Municipal de Bauru com a EMDURB, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas durante o período de 2001 a 2004 em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de:- a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB) e; b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. O valor total do débito da Prefeitura com a EMDURB foi inscrito em balanço e atualizado até Dezembro/2011 no valor de R\$ 8.122.239,33 (Oito milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos) pela Tabela TJ/SP para correção de precatórios, segregado em circulante e não circulante. As parcelas provenientes deste acordo começaram a ser recebidas em Dezembro/2012 já com a atualização do montante do parcelamento pelo IPCA acumulado no período de Janeiro/2012 a Dezembro/2012 em R\$ 8.521.357,65 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Valor segregado no circulante R\$ 708.000,12 (Setecentos e oito mil reais e doze centavos)

Ativo não Circulante		
Contas a Receber - PMB	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Proc. PMB nº 38.546/06 T. A. N° 638 de 2011	2.093.247,59	2.284.995,87
- Proc. PMB nº T. A. N° 638/2011 - atualização	3.931.224,06	4.486.901,94
Total	6.024.471,65	6.771.897,81

h. Imobilizado de Uso:- Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação mensal acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a legislação societária, com base na vida útil econômica dos bens, conforme laudo.

Imobilizado	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Edifícios	11.543.768,54	11.515.706,75
- Móveis e Utensílios	293.530,67	279.812,93
- Máquinas e Equipamentos	1.833.531,42	1.806.120,82
- Ferramentas	57.172,69	57.172,69
- Veículos	5.164.436,22	5.164.436,22
- Equipamentos de Informática	784.890,73	767.966,73
- Instalações	210.713,22	210.713,22
- Direito de Uso de Linha Telefônica	6.112,87	6.112,87
(-) Prov. Perdas Desvaloriz. - Máq. Equip.	(27.881,59)	(27.881,59)
(-) Prov. Perdas Desvaloriz. - Veículos	(44.966,67)	(44.966,67)
- Terrenos	21.882.240,12	21.882.240,12
Soma	41.703.548,22	41.617.434,09
(-) Depreciação Acumulada .	(5.046.686,16)	(3.041.663,40)
Subtotal	36.656.862,06	38.575.770,69
Intangível	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Software	342.376,04	342.376,04
(-) Amortização Acumulada	(317.028,84)	(308.583,90)
Subtotal	25.347,20	33.792,14
Total	36.631.514,86	38.609.562,83

h.1 A Lei Municipal nº 6.484 de 20 de dezembro de 2013 revogou a Lei Municipal nº 6.234 de 06 de

Julho de 2012 que autorizava a doação pela Prefeitura Municipal de Bauru do terreno onde está edificado o Terminal Rodoviário à EMDURB e autorizou ao poder executivo a integralização do bem ao Capital Social da EMDURB, conforme já era previsto na Lei Municipal nº 2.166 de 25 de Setembro de 1979. Considerando o princípio contábil da “essência sobre a forma”, embora ainda não haja a transferência do Imóvel com a lavratura da escritura em cartório, o lançamento contábil desta integralização ao Capital Social foi autorizado pela Diretoria Executiva da EMDURB no exercício de 2013.

h.2 No exercício de 2014, através de Processo Licitatório, foi firmado o Contrato nº 034/2014 com a Empresa Grupos Administração Patrimonial e Informática Ltda, com a finalidade de realização de serviço especializado em análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos, análise contábil dos valores registrados no imobilizado e intangível, para cálculos do valor do impairment, aplicação do conceito de custo atribuído (Deemed Cost), redefinição das taxas de depreciações do patrimônio da contratante pelo valor relativo à determinação da vida útil e do valor residual dos ativos, conforme dispõe a Lei. 11.638/07, consoante NBC TG 01, NBC TG 27, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade. Após triagem dos bens geradores de caixa e com valores relevantes, estes ativos imobilizados foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e emitidos os laudos pela empresa contratada com data base em 31 de dezembro de 2014, que foram aprovados pela Diretoria Executiva da EMDURB por meio de Ata de Reunião.

Tendo em vista os Laudos de Avaliação, a Administração da EMDURB revisou o saldo do imobilizado para determinar quais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Essas revisões indicaram a necessidade de reconhecer despesas com perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 72.848,26 (setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Imobilizado	Valor Contábil	Valor Justo	Impairment
- Máquinas e Equipamentos	163.151,59	135.270,00	-27.881,59
- Veículos	436.966,67	392.000,00	-44.966,67
Total	600.118,26	527.270,00	-72.848,26

De acordo com a faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a EMDURB optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado das seguintes classes de ativos:

Imobilizado	Valor Contábil	Valor Justo	Deemed Cost
- Máquinas e Equipamentos	258.211,61	536.866,00	196.891,03
- Veículos	1.031.019,38	3.600.840,00	2.561.548,18
- Edifícios	7.188,75	11.515.706,75	11.508.518,00
- Terrenos	9.842.575,71	21.882.240,12	12.039.664,41
Total	11.138.995,45	37.535.652,87	26.306.621,62

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação elaborado pela empresa contratada, também aprovado em Ata pela Diretoria Executiva da EMDURB, e resultaram na determinação do valor de R\$ 26.306.621,62 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos) aos bens avaliados e, em contrapartida um aumento no patrimônio líquido na rubrica de “ajustes de avaliação patrimonial”.

h.3 Já no exercício de 2015, a EMDURB não conseguiu adequar tal norma visto que em 05/10/2015 foi aberto o Processo nº 7449/2015 com a finalidade de contratação via Licitação, modalidade de Pregão Presencial, de serviços especializados de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos, análise contábil dos valores registrados no imobilizado, para cálculos do valor do Impairment e vida útil residual, em conformidade com o disposto nos CPC 01 e 27 de demais normas pertinentes relativas ao ativo imobilizado, bem como acompanhamento e suporte nos registros contábeis e patrimoniais dos serviços executados, porém o mesmo não logrou êxito.

No dia 07/12/2015, foi realizada a primeira sessão do Pregão Presencial nº 19/2015, onde compareceu somente uma empresa. Considerando que o Edital solicitava que para abertura da Licitação houvesse no mínimo 3 licitantes ME ou EPP e, para não gerar prejuízo a competitividade do certame, a sessão foi encerrada e determinada nova abertura subsequente sem o caráter de exclusividade para ME e EPP.

Foi elaborado novo Edital, sem caráter de exclusividade para ME e EPP e, no dia 21/12/2015, foi aberta nova sessão onde compareceram duas empresas. Após a etapa de lances, a primeira colocada teve seus documentos de habilitação analisados e, como estes não atenderam algumas cláusulas do Edital, a mesma foi desclassificada. Houve negociação com a segunda colocada, onde foi constatado que o seu preço era maior que a média orçada pela Administração, sendo sua proposta desclassificada. Desta forma, o certame foi encerrado sem a aquisição do objeto.

Em 28/12/2015, a Gerência de Licitações encaminhou à Gerência Financeira o Processo 7449/2015 para ciência e emissão de nova Requisição de Materiais e Serviços – RMS e tendo em vista que não havia tempo hábil, o novo processo licitatório foi programado para o exercício de 2016.

i. Passivo Circulante: Estão registrados pelos valores históricos contraídos, vencíveis no Circulante e estão reconhecidos os efeitos da atualização monetária e demais gravames inerentes aos débitos, quando aplicáveis, de forma que representam o valor real da dívida da Empresa em função das provisões de juros e multas.

Circulante	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
-Fornecedores	3.594.310,57	3.371.786,02
- Salários e Ordenados a Pagar	4.559,98	4.226,88
- Encargos Sociais a Pagar e parcelamentos	2.970.798,39	2.789.394,00
- Obrigações Tributárias	687.236,87	713.127,80
- Provisão para Férias.	3.539.266,11	3.282.370,21
- Gratificações a Pagar.	10.251,88	7.326,88
- Contas a Pagar.	1.762.432,66	1.127.479,80
- Provisão para Contingências	6.090.055,53	5.736.885,35
- Receitas a Apropriar	349.734,48	349.734,72
- Valores em Garantia	5.926,42	850,00

Total	19.014.572,89	17.383.181,66
J. Encargos sociais:- Estão registrados os valores a recolher referente aos Encargos Sociais do INSS e FGTS, Imposto de Renda Retido em folha de pagamento e Contribuição Sindical vencíveis no circulante.		
Encargos Sociais a pagar	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- INSS – Empresa	591.089,80	557.255,96
- INSS – Segurados	181.072,26	168.379,03
- INSS s/ Autônomos – Parte Empresa	2.206,42	1.592,82
- IRRF s/ Folha	78.132,59	76.591,88
- F.G.T.S.	229.937,19	214.802,11
- Contribuição Sindical	417,41	0,00
Total	1.082.855,67	1.018.621,80

k. Encargos sociais – Parcelamentos:- Estão registrados os valores a recolher referente aos Parcelamentos provenientes de débitos de Encargos Sociais junto ao INSS e FGTS, vencíveis no circulante.

Encargos Sociais - Parcelamentos	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Parc. INSS/FPM – Proc. Nº 17.249/01	1.887.942,72	1.656.602,88
- Parc. FGTS – Proc. Nº 2005006284-2436	0,00	114.169,32
Total	1.887.942,72	1.770.772,20

L. Impostos Retidos a Recolher:- Estão registrados os impostos a recolher provenientes das retenções sobre nota fiscal de fornecedores e prestadores de serviços, vencíveis no circulante.

Impostos Retidos a Recolher	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- IRRF (retido de pessoas físicas)	31,41	61,84
- IRRF (retido de pessoas jurídicas)	2.828,97	1.463,85
- INSS – OS 203/99 – Retenção P. Jurídicas	13.249,14	4.357,42
- INSS – Retenção Pessoa Física	780,12	637,12
- COFINS (retido na fonte)	12.713,84	1.227,38
- CSLL (retido na fonte)	4.237,92	409,12
- PIS/PASEP (retido na fonte)	2.754,64	265,92
- ISS (retido na fonte)	8.015,26	2.132,64
Total	44.611,30	10.555,29

m. Impostos e Contribuições sobre Receitas:- Estão registrados os valores a recolher referentes ao ISS – Imposto sobre Serviços e contribuição para o PIS – Programa de Integração Social sobre o faturamento da empresa, vencíveis no circulante. No exercício de 2015, conforme Ata de Reunião realizada em 27/01/2015, o procedimento para apuração das contribuições para o PIS e para a COFINS passou a desconsiderar os valores dos Recibos dos Serviços realizados para a Prefeitura de Bauru, tendo em vista o entendimento da atual Diretoria de que os valores são isentos destas contribuições nos termos do Inciso I, Artigo 46 da IN SRF nº 247/2002.

Impostos e Contribuições s/ Receitas	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- PIS a pagar	13.103,49	69.661,23
- COFINS a pagar	60.355,48	0,00
Total	73.458,97	69.661,23

n. Obrigações Tributárias - Parcelamentos:- Estão registrados os valores a recolher referentes a parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, vencíveis no circulante. O pagamento das prestações do Parcelamento RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233 foi cessado a partir do mês de Outubro/2015, por recomendação da Receita Federal - RFB, conforme comunicado 380/2015 – DRF/BAU/SACAT por serem julgados indevidos. Foram realizados os pedidos de restituição dos valores já pagos e o saldo deste parcelamento no passivo circulante foi transferido para o não circulante, estando no aguardo da baixa da dívida junto ao Sistema da RFB.

Obrigações tributárias – Parcelamentos	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	414.839,40	382.846,92
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233	0,00	5.031,48
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	154.327,20	142.425,36
Total	569.166,60	530.303,76

o. Receitas a Apropriar:- registra o montante Diferido da atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro 2012, vencíveis no circulante.

Receitas a Apropriar	31/12/2015	31/12/2014
- Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	349.734,48	349.734,72

O valor total do montante a Diferir em Dezembro de 2012 registrado no Balanço é de R\$ 5.216.876,88 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos) segregado em circulante e não circulante.

p. Contas a Pagar:- registra demais obrigações da entidade, vencíveis no circulante.

Descrição	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
Coopemdurb	70.069,57	68.050,61
Aluguéis	4.659,30	4.394,06
Pensão Alimentícia	28.097,55	21.404,77
Sindicato Servidor Municipal	3.421,77	2.587,86
Seguro dos Funcionários	678,39	765,56
Associação Servidores Públicos	3.852,74	3.516,41
Empréstimo consignado funcionários	130.172,79	119.653,53
PMB – FPM Proc. nº 17.249/2001	0,00	0,00
Honorários de Sucumbência	3.066,68	6.877,32
Receitas de Multas PMB – Boletos	115.428,64	37.803,99

Receitas de Multas PMB – Sec. da Fazenda	0,00	0,00
Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	1.134.529,79	601.306,97
Parc. - DAE Proc 1611/10	268.767,24	210.695,87
Parc. Proc. Adm. 46254 002490/2012-40 C	0,00	0,00
Proc. CETESB/PMB – Proc. 1060/2013	0,00	0,00
Sind. dos Trab. em Transp. (SINDTRAN)	0,00	73,64
Parc. CETESB/PMB – AI 07001291 (aterro)	0,00	50.349,21
Assistência Odontológica – Funcionários	(311,80)	0,00
Total	1.762.432,66	1.127.479,80

Conforme mencionado no item 04 g, o valor do débito da EMDURB com o INSS, constituído de 09/1996 a 06/2001, descontado do FPM da PMB de 2001 até Outubro de 2011 foi parcelado conforme respectivo Termo de Acordo, sendo transferido da rubrica INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01 para a rubrica de Não circulante - Parcelamento Processo PMB nº 38.546/2006 - Termo de Acordo nº 638/2011, o montante de R\$ 8.462.191,74 (Oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

Com advento da Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013, a movimentação na rubrica INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01 correspondente às retenções dos meses de Outubro/2011 a Dezembro/2013 no valor de R\$ 4.314.568,58 (quatro milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), foram convertidos em aporte ao capital social da EMDURB no ano de 2013. No mesmo sentido, as movimentações lançadas no exercício de 2015 na referida rubrica no valor de R\$ 2.309.845,16 (dois milhões, trezentos e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), também foram transferidas para o capital social da empresa, conforme advento da citada lei.

Por motivo da não conclusão do convênio entre Prefeitura e os Bancos que recebem as multas de trânsito, as rubricas Receitas de Multas Boletim e Licenciamento Eletrônico continuam a registrar os valores das multas creditados em conta corrente da EMDURB, sendo estes valores repassados mensalmente à Prefeitura.

NOTA 05 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Registra as obrigações não circulantes da Empresa.

Parcelamentos	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
Parcelamento DAE	846.861,96	1.037.287,54
Parc INSS/PMB – FPM Processo 17.249	7.422.852,53	9.503.695,34
Parc FGTS	472.110,72	435.101,40
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	3.276.143,35	3.406.290,88
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233	49.883,55	44.769,01
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	1.187.471,75	1.266.626,03
Parc. Proc. PMB nº 38.546/06 T.A. 638/11	6.447.154,70	7.136.334,17
Total	19.702.478,56	22.830.104,37

g. Parcelamento DAE:- A Empresa escriturou no ano de 2002 dívida no valor de R\$ 721.652,65 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), junto ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) - Processos nº. 12.313/00 e 3202/01; a partir do ano de 2003 interrompeu os pagamentos acordados e atualizou o montante devido até 31/12/2009. Em janeiro de 2010 foi firmado novo Termo de Acordo Administrativo com o DAE e restabelecidos os pagamentos das prestações a partir de Fevereiro de 2010.

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Departamento de Água e Esgoto	846.861,96	1.037.287,54

Constam em aberto na rubrica Fornecedores, valores passíveis de negociação e inclusão em parcelamento, referentes as contas de serviço de água e esgoto com o DAE do período de Janeiro de 2003 a Novembro de 2008 no valor de R\$ 1.597.872,89 (Um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), cujos juros e atualização monetária foram calculados com base no IPCA, conforme recomendação do credor e estão registrados em rubrica específica, no Passivo Circulante, saldo atualizado até 31/12/2015 de R\$ 1.159.985,07 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sete centavos). Para efetuar a regularização destes débitos, foi aberto o Processo PMB nº 114/2015 que contempla minuta para novo Acordo de parcelamento, estando este expediente em trâmite junto a Câmara Municipal de Bauru.

r. Parcelamento INSS/FPM:- A reedição da Medida Provisória 2187-12 de 27/07/2001 possibilitou a EMDURB, através do Poder Executivo Municipal, o pedido de amortização de sua dívida junto ao INSS, mediante pedido de exclusão do Programa de Recuperação Fiscal das Empresas – **REFIS** - assinado em 24/03/2000. O pedido de amortização da dívida está fundamentado no “Termo de Amortização de Dívida Fiscal junto ao INSS”, assinado na época pelo Sr. Prefeito Municipal – Nilson Costa -, no qual a dívida existente da EMDURB, referente as competências de 05/1996 a 06/2001 não pagas, seja amortizada através da retenção de 4% do Fundo de Participação do Município – FPM. Do total da dívida negociada pelo Município, o valor de R\$ 11.407.022,30 (onze milhões, quatrocentos e sete mil, vinte e dois reais e trinta centavos), corresponde a dívida da EMDURB junto ao INSS, e foi regularizada contabilmente em 31/12/2003, mediante planilha, a qual sua preparação teve a orientação da Secretaria de Finanças do Município de Bauru.

Tendo em vista a Lei 11.941/09, a empresa obteve redução nos juros e atualização monetária sobre o montante da dívida, assim, o saldo total devido junto ao INSS, que era de R\$ 20.988.947,67 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos) passou a R\$ 18.345.211,99 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e onze reais e noventa e nove centavos) em dezembro de 2009. O novo saldo da dívida está contemplado no Ofício DRF/BAU/SACAT nº 1.449/2009, da Secretaria da Receita Federal emitido à Prefeitura Municipal de Bauru, datado de 30 de dezembro de 2009.

A redução deste passivo, no montante de R\$ 2.643.735,68 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos) foi registrado no exercício de 2009 pela empresa como Receitas - Ganho de Variação de Impostos, sendo oferecido à tributação do IRPJ e CSLL.

Em 2015, o total das amortizações, através do FPM – Fundo de Participação do Município, foi de R\$ 2.309.845,16 (dois milhões, trezentos e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos),

conforme já descrito na Nota 04 – letra p.

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- INSS/FPM –Proc. nº. 17.249/01	7.422.852,53	9.503.695,34

s. Parcelamento FGTS:- A Lei nº 5268, de 12 de julho de 2005, autorizou o Poder Executivo Municipal a figurar na qualidade de garantidor, no acordo de parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, celebrado junto à Caixa Econômica Federal. O acordo, evidenciado no “TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS - COM OPÇÃO, VINCULAÇÃO E REPASSE, EM GARANTIA, DE QUOTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM”, assinado em 19 de setembro de 2005, pelo Sr. Prefeito Municipal de Bauru da época, José Gualberto Tuga Martins Angerami e pelos Srs. Renato Celso Bonomo Purini e João Carlos Tascin, respectivamente, Presidente e Diretor Administrativo da época, possibilitou a EMDURB parcelar a dívida, confessada no valor de R\$ 2.392.188,62 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), pelo período de 180 meses onde, primeiramente, deverá ser quitado os débitos que se encontram em fase judicial, seguidos daqueles que se encontram em fase administrativa. Os valores confessados diferem do valor escriturado pela Empresa, motivo pelo qual a entidade buscará informações junto ao Ministério do Trabalho para apuração do real valor da dívida. Conforme extrato fornecido pela Caixa Econômica Federal, com posição na data do balanço, foi atualizado o valor de R\$ 12.891,15 (doze mil, oitocentos e noventa e um reais e quinze centavos) ao saldo do parcelamento. Tendo em vista a informação obtida pelo Setor de Pessoal da EMDURB junto a Caixa Econômica - CEF, de que este parcelamento consta com situação “EM DIA” e, sendo que o vencimento da próxima parcela ocorrerá em 18/11/2018 e que não é possível a emissão de novas guias para pagamento desde 26/05/2015, a EMDURB, por orientação da CEF, interrompeu o pagamento das prestações. Desta forma, o saldo deste parcelamento registrado no passivo circulante foi transferido para o passivo não circulante.

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- FGTS	472.110,72	435.101,40

NOTA 06 – PROCESSOS JUDICIAIS ECCB

Registram os valores dos créditos não circulantes, transferido em 01/01/2008 do grupo de Receitas (Resultados) de Exercícios Futuros, extinto pela Lei 11.638/07; não houve movimentação na referida rubrica, estando no aguardo de definição de ambas as partes.

Não Circulante	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- ECCB – Processo nº. 2136/01	45.756,30	45.756,30

NOTA 07 – RECEITAS A APROPRIAR

Registra o montante diferido da parcela registrada no Passivo Não circulante e da correspondente atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, conforme descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro/2012.

Receitas a Apropriar	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
- Proc. PMB 38.546/06 Termo de Acordo 638/2011	3.817.938,44	4.167.672,72

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da EMDURB está representado pelo valor de seu Capital Social, acrescido dos Lucros e diminuído dos Prejuízos Acumulados, decorrentes da atividade operacional, ao longo dos exercícios, e dos Ajustes de Exercícios Anteriores registrados bem como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Com encerramento do exercício de 2015, a empresa obteve o saldo do Patrimônio Líquido de R\$ 6.814.401,49 (Seis milhões, oitocentos e quatorze mil, quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos), impactado pelo Prejuízo do Exercício de 2015 que foi de R\$ 4.280.187,50 (Quatro milhões, duzentos e oitenta mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), Realização (baixa) do saldo da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial por depreciação dos bens no valor de R\$ 1.655.232,00 (Um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e trinta e dois reais) e pela aplicação da Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013 que autorizou ao poder executivo a conversão em aporte de capital dos débitos relativos com a Prefeitura Municipal de Bauru, que no exercício em questão foi no valor de R\$ 2.309.845,16 (dois milhões, trezentos e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme descrito no item p da Nota 04.

NOTA 09 – RECEITAS

As receitas da empresa foram assim representadas:

Receitas	2015	2014
Expediente	30.929,60	15.024,60
Interdições/Demarcação de Solo	4.097.277,31	5.546.807,56
Estacionamento Rotativo	2.358.061,40	2.290.948,64
Transporte Coletivo	2.297.131,76	2.292.667,87
Transportes Especiais	801.665,40	725.622,83
Terminal Rodoviário	2.354.166,48	2.231.867,40
Coleta	24.895.489,83	22.325.937,93
Necrópoles	5.276.480,47	3.688.267,08
Funerária	454.360,48	326.847,76
Gerenciamento do Sistema Viário	7.229.003,52	7.476.616,08
Receitas Aeroportuárias	58.984,00	0,00
Receitas Financeiras	140.509,74	162.076,81
Juros e Descontos Obtidos	109.173,72	56.744,46
Receitas com Atualizações	447.029,89	385.628,27
Receitas Eventuais	338.553,49	1.543.010,83
Multas de Trânsito	887,03	7.037,86
(-) Deduções da Receita Bruta	(532.294,41)	(793.213,34)
Total	50.357.409,71	48.281.892,64

NOTA 10 – COBERTURA DE SEGUROS

A empresa possui cobertura de seguros para alguns veículos de sua frota.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Empresa possui registrado em seu Ativo, crédito no valor de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos) junto à empresa Alexandre Quaggio Transportes Ltda., decorrente da taxa de gerenciamento exercido sobre a câmara de compensação tarifária do transporte coletivo da cidade de Bauru. De acordo com orientação de seu departamento jurídico, através da ação de cobrança em fase de execução – Processo nº 946/2006, o valor do crédito pleiteado é de R\$ 4.599.810,19 (Quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e dez reais e dezenove centavos, posição em 12/2006); este montante não foi escriturado contabilmente, tendo em vista a improvável realização do crédito; a administração constituiu provisão em 100% do saldo de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), o qual está incluso na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (Um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

NOTA 12 – PRECATÓRIO E TERMOS DE ACORDO

A Empresa promoveu ação de cobrança judicial contra a Prefeitura do Município de Bauru, no valor de R\$ 3.698.000,73 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil e setenta e três centavos), correspondentes a multas de trânsito aplicadas no município, arrecadadas por bancos particulares no ano de 2001 a 2004 e depositadas em conta corrente bancária da Prefeitura Municipal de Bauru. Ocorre que por força do convênio de municipalização do trânsito, os valores deveriam ter sido repassados à EMDURB. Ressalta-se que em razão da não observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre estes o da Competência, no registro das autuações aplicadas em decorrência das infrações de trânsito de veículos, não houve qualquer reconhecimento contábil do crédito pleiteado nas devidas competências no período de sua ocorrência devido aos procedimentos de arrecadação das multas de trânsito adotados pela EMDURB. O referido crédito, oriundo do Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, está considerado no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que será requerido o cancelamento do respectivo precatório e a suspensão do feito até o cumprimento integral do Termo de acordo nº 638/11.

NOTA 13 – TERMO DE ACORDO Nº 638/2011

No exercício de 2011 foi celebrado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a EMDURB referente a débitos da:

- EMDURB com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos);

- Prefeitura Municipal de Bauru com a EMDURB, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de:

a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB) e;

b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. E considerando que em vista do acordo firmado, do valor dos débitos consolidados, do extenso prazo para o cumprimento do que fora acordado, e o fato do comprometimento de várias administrações futuras interferirem para que o presente acordo seja levado a termo tal como firmado, o que implica, por prudência, considerar a possibilidade de sua interrupção, por descumprimento do acordado, por qualquer uma das partes envolvidas, sua Diretoria Executiva a época, autorizou para que fosse feito o imediato registro no Balanço Patrimonial do valor do crédito ora acordado, no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que deste montante, R\$ 2.876.217,89 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao valor principal do crédito, foi apropriado na receita, e o montante de R\$ 5.235.756,72 (cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), já inclusa a parcela da atualização monetária, a diferir até o término do acordo, registrado no grupo contábil Receitas a apropriar, no Passivo, com a devida segregação em circulante e não circulante, cuja realização observará o efetivo cumprimento do presente acordo, representado pelo recebimento do crédito cumprido por parte da PMB, que teve início em Dezembro/2012.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em atendimento à NBC TG 25, do CFC e NPC nº 22, do IBRACON, a Empresa mantém Provisão, para reconhecimento das contingências existentes, no montante de R\$ 6.090.055,53 (seis milhões, noventa mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), oriundas de processos, assim distribuídos:

- De Natureza Cível, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 3.721.551,09 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e nove centavos);

- De Natureza Trabalhista, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 2.348.617,94 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos);

- De Natureza Fiscal, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 19.886,50 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Quanto às dívidas reconhecidas no Passivo Circulante e não Circulante, as mesmas se encontram escrituradas, com base em Termos de Confissão de Dívida assinados e com compromissos de pagamentos formalizados, e que devido à ausência de histórico não se permite segregá-las do montante das ações informadas pelo seu departamento jurídico. As estimativas foram feitas pela administração, com base na orientação de seus assessores jurídicos.

Bauru, 31 de dezembro de 2015.

LÍVIA TAVARES BENETTI

Contadora

CRC1SP268936/O-0

AMAURI CARLOS GADANHIM ROMA

Diretor Administrativo Financeiro

ANTONIO MONDELLI JUNIOR

Presidente da EMDURB

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EMDURB, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais, reuniram-se no dia 24 de Março de 2016, às 09h30, em sala de reuniões da Empresa Municipal

de Desenvolvimento Urbano Rural de Bauru, sito à Praça João Paulo II, s/nº, Terminal Rodoviário, com a presença dos membros efetivos: Marcos Henrique Mazziero, Mauro Roberto Ribeiro e Itagiba Dias Santos Filho, com o objetivo de apreciar o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU. PARECER DO CONSELHO FISCAL:- Os membros do Conselho Fiscal analisando o relatório de auditoria emitido em 18 de Março de 2016, resolve, de forma unânime, em face do parágrafo de ênfase nele contido, acompanhar a opinião emitida pelos Senhores Auditores Independentes em relação às Demonstrações financeiras do exercício de 2015.

Bauru, 24 de Março de 2016.

Marcos Henrique Mazziero

Presidente

Itagiba Dias Santos Filho

Secretário

Mauro Roberto Ribeiro
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o Prejuízo Acumulado. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Tal condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa. Nos exercícios de 2012 e 2013 a empresa auferiu lucro e em 2014 e 2015 apresentou prejuízo.

Outros assuntos

Conforme nota explicativa nº 04-h3 a empresa não conseguiu realizar o Teste de Impairment (teste de recuperabilidade dos ativos), que é requerido pelas normas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 18 de março de 2016.

STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA

CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 3178/2015 – PROC. LICITAÇÃO Nº 5122/2014 - ATA DE REGISTRO Nº 050/2014 - PREGÃO – REG. DE PREÇOS Nº 030/2014

A “Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB”, Empresa Pública Municipal, criada pela Lei Municipal nº 2.602/86 e reestruturada pela Lei Municipal nº 3.750/93 e Lei Municipal nº 6.483/13, inscrita no CNPJ sob nº 50.778.851/0001-38, regularmente estabelecida na Praça João Paulo II, s/nº, Jardim Santana, Terminal Rodoviário, CEP 17020-293, na cidade de Bauru-SP, telefone (14) 3233-9040, vem através de sua Gerente de Compras, Licitação e Contratos, NOTIFICAR a empresa SIMONETTI AMBIENTAL LTDA., contratada para a locação de caminhões basculantes, nos termos da Ata de Registro de Preços, supramencionada, o que segue:

1) Consta no processo licitatório supramencionado que V.Sa. comprometeu-se a locar para EMDURB caminhões basculantes com potência 100 HP, 4x2, tipo topo, com caçambas com capacidade de no mínimo 6m³, com operador, combustível e manutenção dos caminhões por conta da empresa vencedora, destinados a atender a Diretoria de Limpeza Pública – DLP.

2) Em 12/05/2015 recebemos denúncia dos Senhores: Edi Carlos Frias, Cyro Rocha Neto e Robson Luiz de Souza, através do protocolo nº 3178/2015, solicitando a retenção dos pagamentos em razão de eventual